

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
PRÓLOGO	13
NOTA DO AUTOR AO V. 1, 6^a EDIÇÃO	15
OUTRAS OBRAS DO AUTOR PUBLICADAS PELA THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS	17

PARTE I **FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL**

1. DIREITO PENAL: CONCEITO, OBJETO E CONTEÚDO	35
1.1. Considerações iniciais	35
1.2. Direito Penal: conceito e vínculo constitucional	36
1.3. Direito Penal objetivo e subjetivo	39
1.4. Direito Penal comum e Direito Penal especial	40
1.5. Ciências penais e ciências auxiliares do Direito Penal.....	40
1.6. O panorama atual do Direito Penal: expansionismo, internacionalização e vertentes punitivistas	44
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	49
2.1. Considerações iniciais	49
2.2. Princípio da legalidade	51
2.3. Princípio da irretroatividade da lei penal	54
2.4. Princípio da intervenção penal mímina.....	54
2.5. Princípio da insignificância	55
2.6. Princípio da ofensividade	57
2.7. Princípio da culpabilidade	58
2.8. Princípio da proporcionalidade	59
2.9. Princípio da humanidade das penas.....	60

3. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL	65
3.1. Considerações iniciais	65
3.2. Origem do Direito Penal.....	65
3.2.1. Os antecedentes romano-germânicos.....	66
3.2.1.1. Roma antiga.....	67
3.2.1.2. Povos germânicos	69
3.2.2. O período medieval.....	69
3.2.3. Período codificador	71
3.2.4. O Direito Penal hodierno	72
3.3. Direito Penal brasileiro.....	72
3.3.1. O período colonial	72
3.3.2. Código Criminal do Império (1830)	73
3.3.3. Código Penal Republicano (1890).....	74
3.3.4. Consolidação das Leis Penais (1932).....	74
3.3.5. Código Penal de 1940.....	74
3.3.6. Reforma Penal de 1984	75
3.3.7. O quadro legislativo posterior	76
4. EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL	81
4.1. Considerações iniciais	81
4.2. Primeira fase epistemológica: escolas penais	82
4.2.1. Escola Clássica.....	82
4.2.2. Escola Positiva	83
4.2.3. Escola Crítica	85
4.2.4. Escola Moderna Alemã	85
4.2.5. Escola Correcionalista.....	86
4.2.6. Escola Penal Humanista	86
4.2.7. Escola Técnico-Jurídica.....	87
4.2.8. Movimento de Defesa Social.....	87
4.3. Refinamento epistemológico no pós-positivismo	88
4.3.1. Neokantismo	88
4.3.2. Escola de Kiel.....	89
4.3.3. Finalismo	89
4.3.4. Funcionalismo.....	91
4.4. A evolução epistemológica do Direito Penal no Brasil.....	92
4.5. Destaque esquemático	94

5. FONTES, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL	97
5.1. Considerações iniciais	97
5.2. As fontes do Direito Penal	97
5.3. Analogia e Direito Penal.....	99
5.4. O papel da jurisprudência perante o Direito Penal	100
5.4.1. Casos criminais emblemáticos no STF	101
5.4.1.1. Caso Ellwanger.....	101
5.4.1.2. Criminalização da “homofobia”	102
5.4.1.3. Injúria racial.....	104
5.4.2. Súmulas e súmulas vinculantes em matéria penal.....	105
5.5. As regras de interpretação da lei penal	106
5.6. Concurso aparente de normas.....	107
5.6.1. Critérios para a solução do conflito aparente de normas.....	109
5.6.2. Compreensões monistas quanto ao tema	111
6. LEI PENAL NO TEMPO	115
6.1. Considerações iniciais	115
6.2. Princípios da lei penal no tempo.....	116
6.3. Conflito de leis penais no tempo	116
6.4. Conjugação de leis penais.....	117
6.5. Leis excepcionais e temporárias.....	119
6.6. Norma penal em branco	119
6.7. Tempo do crime.....	121
7. LEI PENAL NO ESPAÇO	125
7.1. Considerações iniciais	125
7.2. Lugar do crime.....	126
7.3. Territorialidade	127
7.4. Extraterritorialidade.....	128
7.5. Pena cumprida no estrangeiro e eficácia de sentença estrangeira	130
7.6. Crimes internacionais e Tribunal Penal Internacional (TPI)	133
7.6.1. Conceito e classificação dos crimes internacionais	134
7.6.2. Estrutura dos crimes internacionais.....	135
7.6.3. O Tribunal Penal Internacional (TPI)	136
8. LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	141
8.1. Considerações iniciais	141
8.2. Imunidades substanciais e formais.....	141
8.2.1. Imunidades substanciais.....	142

8.2.2.	Imunidades formais	143
8.3.	Extradição	145

PARTE II

TEORIA GERAL DO DELITO

9.	CONCEITO DE CRIME	153
9.1.	Considerações iniciais	153
9.2.	Conceitos legal e formal	154
9.2.1.	Contravenção penal	154
9.3.	Conceito material	158
9.3.1.	Evolução da teoria do bem jurídico	158
9.4.	Conceito analítico	163
9.5.	Classificação dos crimes	164
9.5.1.	Quanto ao resultado	165
9.5.2.	Quanto às características exigidas dos agentes	165
9.5.3.	Quanto ao número de agentes	165
9.5.4.	Quanto ao fracionamento da conduta	166
9.5.5.	Quanto à sua completa realização	166
9.5.6.	Quanto à duração do momento consumativo	166
9.5.7.	Quanto ao elemento subjetivo	167
9.5.8.	Quanto à modalidade de conduta	168
9.5.9.	Quanto à lesividade ao bem jurídico	168
9.5.10.	Quanto à quantidade de bens jurídicos atingidos	168
9.5.11.	Quanto à singularidade da figura delitiva	169
9.5.12.	Quanto à quantidade de ações descritas no tipo	169
9.5.13.	Outras catalogações dogmáticas	169
9.5.13.1.	Crime exaurido	169
9.5.13.2.	Crime habitual	170
9.5.13.3.	Crimes qualificados e privilegiados	170
9.5.13.4.	Crimes progressivos e progressão criminosa	170
9.5.13.5.	Crime de ensaio	171
9.5.13.6.	Crimes de atentado	171
9.5.13.7.	Crimes hediondos	172
9.5.13.8.	Crimes equiparados a hediondos	177
9.5.13.9.	Delitos cumulativos	177
9.6.	Destaques esquemáticos	178

Acesse a
versão
completa e
colorida do
Visual Law





Acesse a versão completa e colorida do Visual Law

10. CONDUTA HUMANA	181
10.1. Considerações iniciais	181
10.2. Evolução das teorias da ação.....	184
10.2.1. Teoria causalista da ação.....	184
10.2.2. Teoria finalista da ação	185
10.2.3. Teoria social da ação.....	188
10.2.4. A postura doutrinária posterior	188
10.2.4.1. Teoria da ação significativa	190
10.2.4.2. O quadro atual da matéria.....	191
10.2.4.3. Ausência de ação e omissão	191
10.3. Destaque esquemático	193
11. OMISSÃO	195
11.1. Considerações iniciais	195
11.2. Breve histórico dos crimes omissivos	196
11.3. Delineamentos dogmáticos gerais	197
11.3.1. Crimes omissivos próprios (ou puros).....	201
11.3.2. Crimes omissivos impróprios (ou impuros ou comissivos por omissão).....	204
12. NEXO CAUSAL	209
12.1. Considerações iniciais	209
12.2. Teorias sobre o nexo de causalidade	210
12.2.1. Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	210
12.2.2. Teoria da causalidade adequada	213
12.3. Outras teorias	214
12.4. Posição do Direito Penal brasileiro e considerações críticas	215
12.5. Causalidade na omissão	217
12.6. Causalidade nos delitos culposos	218
12.7. Teoria da imputação objetiva	219
13. TIPO E TIPICIDADE	229
13.1. Considerações iniciais	229
13.2. Evolução da teoria do tipo	229
13.3. Tipo e tipicidade.....	234
13.3.1. Contornos e classificações dos tipos	235
13.3.2. Funções do tipo penal	237
13.3.3. Elementos estruturais do tipo	238
13.3.3.1. Elementos objetivos-descritivos.....	238
13.3.3.2. Elementos normativos.....	238

13.3.3.3.	Elementos subjetivos.....	240
13.3.4.	Tipos abertos.....	241
13.4.	Questões correlatas	242
13.4.1.	Teoria da adequação social	242
13.4.2.	Tipicidade conglobante.....	243
14.	DOLO E CULPA.....	249
14.1.	Considerações iniciais	249
14.2.	Noção clássica: dolo e culpa como elementos da culpabilidade	249
14.3.	Noção neoclássica: dolo e culpa e axiologia.....	250
14.4.	Finalismo: dolo e culpa na ação	251
14.5.	Pós-finalismo: normativização do dolo	252
14.6.	Dolo e culpa: delimitações e tratamento no Direito Penal brasileiro	252
14.6.1.	Dolo.....	253
14.6.1.1.	Elementos do dolo.....	253
14.6.1.2.	Espécies de dolo	254
14.6.2.	Culpa.....	254
14.6.2.1.	Requisitos da culpa.....	257
14.6.2.2.	Modalidades de culpa	257
14.6.2.3.	Espécies de culpa.....	258
14.7.	Os limites do dolo eventual e da culpa consciente	258
14.8.	Outros aspectos dogmáticos do tema: preterdolo, erro e culpa imprópria.....	262
14.9.	Cegueira deliberada.....	263
15.	ANTIJURIDICIDADE.....	269
15.1.	Considerações iniciais	269
15.2.	A evolução da compreensão de antijuridicidade	270
15.3.	Terminologia.....	273
15.3.1.	Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	274
15.3.2.	Antijuridicidade material e infração de deveres	275
15.3.3.	Antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica	277
15.4.	Antijuridicidade e desvalor da ação e desvalor do resultado.....	278
16.	EXCLUSÃO DA ANTIJURIDICIDADE: AS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	281
16.1.	Considerações iniciais	281
16.2.	Exclusão da antijuridicidade: sistemática das causas de justificação	282
16.2.1.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de justificação...	285
16.2.2.	Causas supralegais de justificação	285
16.2.3.	Excesso nas causas de justificação	287

16.2.4.	Espécies de causas de justificação	287
16.2.4.1.	Estado de necessidade	288
16.2.4.1.1.	Requisitos do estado de necessidade.....	288
16.2.4.1.2.	Teorização do estado de necessidade.....	289
16.2.4.2.	Legítima defesa.....	291
16.2.4.2.1.	Considerações gerais	291
16.2.4.2.2.	Contornos dogmáticos	292
16.2.4.2.3.	Legítima defesa " <i>da honra</i> "	296
16.2.4.3.	Estrito cumprimento de dever legal.....	299
16.2.4.4.	Exercício regular de direito.....	299
16.2.4.5.	Ofendículos	300
17.	CULPABILIDADE E CAUSAS DE EXCULPAÇÃO	305
17.1.	Considerações iniciais	305
17.2.	Terminologia: as diversas acepções de culpabilidade	306
17.3.	Evolução das teorias de culpabilidade	306
17.3.1.	Teoria psicológica da culpabilidade.....	306
17.3.2.	Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	307
17.3.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	307
17.3.4.	Funcionalismo e culpabilidade	308
17.4.	Elementos da culpabilidade	309
17.4.1.	Imputabilidade	310
17.4.2.	Consciência potencial da ilicitude.....	310
17.4.3.	Exigibilidade de conduta conforme o Direito	311
17.5.	Causas de exclusão da culpabilidade	311
17.5.1.	Inimputabilidade	312
17.5.1.1.	Menoridade	312
17.5.1.2.	Doença mental	313
17.5.1.2.1.	Semi-imputabilidade	313
17.5.1.3.	Embriaguez	314
17.5.1.4.	Silvícolas e surdos-mudos não integrados à sociedade.....	315
17.5.2.	Coação moral irresistível e obediência hierárquica.....	315
17.5.3.	Emoção e paixão	315
17.5.4.	Coculpabilidade.....	316
18.	ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO	319
18.1.	Considerações iniciais	319

18.2.	Erro de fato e erro de direito.....	321
18.3.	Teorias do dolo e da culpabilidade	321
18.4.	Erro de tipo.....	323
18.4.1.	Erro de tipo essencial e acidental	324
18.4.2.	Descriminantes putativas	324
18.4.3.	Erro provocado por terceiro.....	324
18.4.4.	Formas diferenciadas de erro	325
18.4.4.1.	Erro sobre a pessoa.....	325
18.4.4.2.	Erro sobre o objeto	325
18.4.4.3.	Erro na execução.....	326
18.4.4.4.	Resultado diverso do pretendido.....	326
18.5.	Erro de proibição.....	327
18.5.1.	Erro de proibição direto	328
18.5.2.	Erro de proibição indireto e descriminantes putativas fáticas...	329
18.5.3.	Erro mandamental.....	330
18.5.4.	Escusabilidade do erro	330
19.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	337
19.1.	Considerações iniciais	337
19.2.	Etapas do crime (<i>iter criminis</i>).....	338
19.3.	Crime consumado	341
19.4.	Tentativa	342
19.4.1.	Requisitos e punibilidade da tentativa	344
19.4.2.	Crimes que não admitem tentativa.....	345
19.5.	Desistência voluntária.....	347
19.6.	Arrependimento eficaz	349
19.7.	Arrependimento posterior	350
19.8.	Crime impossível	351
20.	CONCURSO DE AGENTES	359
20.1.	Considerações iniciais	359
20.2.	Teorias quanto ao concurso de agentes.....	360
20.3.	Requisitos do concurso de agentes.....	361
20.4.	Autoria	362
20.4.1.	Teoria adotada no Brasil.....	366
20.4.2.	Autoria mediata	366
20.5.	Coautoria	367
20.6.	Autoria colateral	368
20.7.	Participação.....	368

20.8.	Concurso de agentes em delitos culposos e omissivos.....	370
20.9.	Multidão delinquente.....	371
20.10.	Cooperação dolosamente distinta.....	372
20.11.	Comunicabilidade de circunstâncias.....	372
20.12.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	374

PARTE III

AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO

 Acesse a versão completa e colorida do Visual Law	21.	TEORIAS DA PENA E SUAS FINALIDADES	385
	21.1.	Considerações iniciais	385
	21.2.	Conceito de pena criminal	386
	21.3.	História das penas	387
	21.4.	Finalidades e funções da pena: teorias	387
	21.4.1.	Teorias absolutas ou retributivas.....	388
	21.4.1.1.	Críticas às teses retributivas.....	390
	21.4.2.	Teorias relativas ou preventivas.....	391
	21.4.2.1.	Prevenção geral	391
	21.4.2.1.1.	Prevenção geral negativa.....	391
21.4.2.1.2.	Prevenção geral positiva.....	392	
21.4.2.2.	Prevenção especial	393	
21.4.3.	Teorias ecléticas.....	394	
21.4.4.	Considerações conclusivas: a finalidade da pena hoje	395	
21.5.	Espécies de penas	395	
21.6.	A pena de morte no Brasil.....	396	
21.7.	Destaque esquemático	397	
22.	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	399	
22.1.	Considerações iniciais	399	
22.2.	Espécies de penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e prisão simples	401	
22.3.	Regimes penais	402	
22.3.1.	Regime fechado	403	
22.3.2.	Regime semiaberto	404	
22.3.3.	Regime aberto	405	
22.3.4.	Prisão domiciliar.....	407	
22.4.	Regime Disciplinar Diferenciado.....	407	
22.5.	Fixação do regime inicial	409	

22.6.	Progressão e regressão de regime	411
22.6.1.	Progressão	411
22.6.1.1.	Progressão de regime antes do trânsito em julgado de decisão condenatória	414
22.6.1.2.	Interrupção do prazo para a progressão de regime	414
22.6.2.	Regressão.....	414
22.7.	Exame criminológico.....	415
22.8.	Detração penal	416
22.9.	Trabalho prisional.....	416
22.10.	Remição.....	417
22.11.	Limite das penas privativas de liberdade.....	417
23.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	423
23.1.	Considerações iniciais	423
23.2.	Definição e espécies de penas restritivas de direitos	425
23.2.1.	Prestação pecuniária	426
23.2.2.	Perda de bens e valores.....	427
23.2.3.	Limitação de fim de semana	427
23.2.4.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	428
23.2.5.	Interdição temporária de direitos	429
23.3.	Conversão das penas restritivas de direitos	430
23.4.	Outras penas	431
23.5.	Casos emblemáticos.....	433
24.	PENAS PECUNIÁRIAS	437
24.1.	Considerações iniciais	437
24.2.	Tipos e origens das penas pecuniárias.....	437
24.3.	Questões dogmáticas fundamentais quanto à pena de multa	439
24.3.1.	Delineamentos da multa criminal	440
24.3.2.	Cumulação de multas	442
24.3.3.	Pagamento e execução da multa.....	442
24.4.	Multa e a busca pela legitimidade penal	446
25.	APLICAÇÃO DA PENA	449
25.1.	Considerações iniciais	449
25.2.	Individualização legislativa	450
25.3.	Dosimetria da pena	451
25.4.	Circunstâncias judiciais	453



25.4.1.	Culpabilidade.....	453
25.4.2.	Maus antecedentes.....	454
25.4.3.	Conduta social.....	457
25.4.4.	Personalidade.....	458
25.4.5.	Motivos, circunstâncias e consequências do crime.....	458
25.4.6.	O papel da vítima no fato	459
25.4.7.	Circunstâncias judiciais e fins da pena.....	459
25.5.	Circunstâncias legais	461
25.5.1.	Circunstâncias agravantes	462
25.5.1.1.	A questão da reincidência.....	462
25.5.1.2.	Demais circunstâncias agravantes.....	466
25.5.1.3.	Agravantes no caso de concurso de pessoas.....	469
25.5.2.	Circunstâncias atenuantes	470
25.5.3.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	473
25.6.	Causas de diminuição e de aumento de pena	474
25.7.	Individualização da pena de multa.....	477
25.8.	Síntese do cálculo da pena.....	479
25.9.	Individualização inicial executória	480
26.	CONCURSO DE CRIMES	483
26.1.	Considerações iniciais	483
26.2.	Espécies de concurso de crimes.....	484
26.2.1.	Concurso material.....	484
26.2.2.	Concurso formal.....	485
26.2.2.1.	Espécies de concurso formal e fórmula de cálculo.....	486
26.2.2.2.	Teses jurisprudenciais sobre o concurso formal....	487
26.2.3.	Crime continuado	488
26.2.3.1.	Requisitos do crime continuado.....	489
26.2.3.2.	Espécies de crime continuado e regra para sua fixação.....	491
26.2.3.3.	Crime continuado e direito intertemporal.....	492
26.2.3.4.	A controvérsia judicial brasileira.....	492
26.3.	Multas no concurso de crimes	494
26.4.	Execução da pena no concurso de infrações	495
27.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	499
27.1.	Considerações iniciais	499
27.2.	Suspensão condicional da pena	500

27.2.1.	Revogação do sursis e prorrogação obrigatória do período de prova	503
27.2.2.	Extinção da pena	503
27.3.	Livramento condicional.....	504
27.3.1.	Requisitos do livramento condicional.....	505
27.3.2.	Condições do livramento condicional.....	508
27.3.3.	Revogação do livramento condicional.....	509
27.3.4.	Suspensão do livramento condicional.....	510
27.3.5.	Prorrogação do período de prova.....	510
27.3.6.	Extinção da pena	510
28.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO	515
28.1.	Considerações iniciais	515
28.2.	Efeito principal e efeitos secundários penais.....	516
28.3.	Efeitos secundários extrapenais.....	517
28.3.1.	Efeitos extrapenais genéricos.....	518
28.3.2.	Efeitos extrapenais específicos	519
	28.3.2.1. Efeitos extrapenais específicos por crime praticado contra mulher por razões do sexo feminino	524
	28.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos em outros dispositivos	525
28.4.	Reabilitação.....	527
29.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	533
29.1.	Considerações iniciais	533
29.2.	Origens e evolução das medidas de segurança	536
29.3.	Espécies de medidas de segurança.....	537
29.4.	Prazo de duração da medida de segurança.....	538
29.5.	Execução, suspensão e extinção da medida de segurança	539
29.6.	Substituição da pena por medida de segurança	541
29.7.	Cessação de periculosidade	543
29.8.	Prescrição da medida de segurança.....	543
29.9.	Internação provisória ou preventiva.....	544
30.	AÇÃO PENAL	549
30.1.	Considerações iniciais	549
30.2.	Ação penal e suas espécies	550
30.2.1.	Ação penal pública	552
	30.2.1.1. Ação penal pública incondicionada	553

30.2.1.2.	Ação penal pública condicionada.....	554
30.2.2.	Ação penal privada	555
30.2.2.1.	Ação penal privada exclusiva.....	556
30.2.2.2.	Ação penal privada subsidiária da pública	556
30.3.	Perdão do ofendido	557
30.4.	Ação penal nos crimes complexos	558
30.5.	Ação penal em concurso de crimes	558
31.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	561
31.1.	Considerações iniciais	561
31.2.	Causas de extinção da punibilidade e suas hipóteses	562
31.3.	Reconhecimento da extinção da punibilidade e seus efeitos.....	563
31.4.	Classificação das causas de extinção da punibilidade	563
31.5.	Morte do agente.....	564
31.6.	Anistia, graça e indulto	565
31.7.	Desriminalização (<i>abolitio criminis</i>).....	570
31.8.	Decadência e perempção.....	570
31.9.	Renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido	571
31.10.	Retratação	571
31.11.	Perdão judicial	572
31.12.	Prescrição.....	572
31.12.1.	Introdução ao tema da prescrição	573
31.12.2.	Fundamento e natureza jurídica da prescrição	574
31.12.2.1.	Teorias justificadoras	574
31.12.2.1.1.	Teoria do esquecimento	574
31.12.2.1.2.	Teoria da emenda.....	575
31.12.2.1.3.	Teoria das provas.....	575
31.12.2.1.4.	Teoria da expiação moral.....	575
31.12.2.1.5.	Teoria psicológica	575
31.12.2.1.6.	Conclusão quanto às teorias justificadoras	576
31.12.2.2.	Prescrição: natureza jurídica	576
31.12.3.	Histórico do instituto da prescrição	577
31.12.4.	Disciplina brasileira da prescrição	577
31.12.4.1.	Prescrição da pretensão punitiva	578
31.12.4.1.1.	Prescrição da pretensão punitiva baseada na pena em abstrato	578
31.12.4.1.2.	Prescrição da pretensão punitiva baseada na pena em concreto.....	586

31.12.4.2.	Prescrição da pretensão executória	587
31.12.4.3.	Prescrição antecipada	588
31.12.5.	Prescrição de penas restritivas de direitos e de multa	589
31.12.6.	Prescrição das medidas de segurança	589
31.12.7.	Prescritibilidade e imprescritibilidade	589
31.12.8.	Tabela de prazos	591
BIBLIOGRAFIA	597